

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e
2023 e relatório do auditor
independente



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	12

***Parque Eólico
Ventos de São
Januário 03 S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5



Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)

		2024	2023
Ativos	Nota		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	156.068	1.984.685
Títulos e valores mobiliários	5	14.293.366	22.089.025
Contas a receber	6	1.963.124	2.898.171
Contas a receber de partes relacionadas	18.1	72.224	72.224
Tributos a recuperar	7	420.783	29.356
Adiantamentos a fornecedores		-	53.674
Outros ativos		1.000	-
		16.906.565	27.127.135
Não circulante			
Imobilizado	8	110.564.217	114.882.457
Outros ativos		-	1.000
		110.564.217	114.883.457
Total de ativos		127.470.782	142.010.592
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Contas a pagar	10	499.999	561.556
Tributos a recolher		173.625	511.345
Contas a pagar a partes relacionadas	18.2	298.784	705.108
Adiantamentos de clientes		-	3.244
Empréstimos e financiamentos	11	6.095.999	5.825.225
Impostos a recolher		308.375	575.409
Dividendos a pagar	18.3	741.154	2.893.447
		8.117.936	11.075.334
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	83.263.857	89.100.224
Impostos diferidos		60.463	107.546
Passivo para descomissionamento		601.883	-
		83.926.203	89.207.770
Patrimônio líquido			
Capital social	12.1	31.539.000	31.539.000
Reserva legal	12.2	1.664.180	1.508.148
Dividendos adicionais propostos	12.4	2.223.463	8.680.340
Total do patrimônio líquido		35.426.643	41.727.488
Total do passivo e patrimônio líquido		127.470.782	142.010.592

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.



Demonstração do resultado
 Em 31 de dezembro
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)

Receitas e custos operacionais	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	13	24.575.559	31.402.971
Custos das vendas	14	(14.782.955)	(12.014.499)
Lucro bruto		9.792.604	19.388.472
Despesas gerais e administrativas	15	(388.693)	(185.622)
Outras receitas e despesas		514.116	560.528
Lucro operacional		9.918.027	19.763.378
Despesas financeiras	16	(7.021.585)	(8.425.562)
Receitas financeiras	16	1.775.184	2.707.804
Resultado financeiro		(5.246.401)	(5.717.758)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.671.626	14.045.620
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(1.592.084)	(1.866.441)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	41.107	3.755
Lucro líquido do exercício		3.120.649	12.182.934

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.*Demonstração do resultado abrangente**Em 31 de dezembro**(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	3.120.649	12.182.934
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>3.120.649</u>	<u>12.182.934</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro

(em reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023		31.539.000	899.001	6.605.226	-	39.043.227
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	12.3	-	-	(6.605.226)	-	(6.605.226)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.182.934	12.182.934
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva legal	12.2	-	609.147	-	(609.147)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.3	-	-	-	(2.893.447)	(2.893.447)
Dividendos adicionais propostos	12.4	-	-	8.680.340	(8.680.340)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		31.539.000	1.508.148	8.680.340	-	41.727.488
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	12.3	-	-	(8.680.340)	-	(8.680.340)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.120.649	3.120.649
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva legal	12.2	-	156.032	-	(156.032)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.3	-	-	-	(741.154)	(741.154)
Dividendos adicionais propostos	12.4	-	-	2.223.463	(2.223.463)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		31.539.000	1.664.180	2.223.463	-	35.426.642

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		3.120.649	12.182.934
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:			
Depreciação e amortização	14	5.275.985	5.274.158
Custos sobre empréstimos e debêntures e juros		6.753.619	8.093.018
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	16	(1.775.184)	(2.428.875)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	(41.107)	(3.755)
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	1.592.084	1.866.441
		14.926.046	24.983.921
Variações dos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes	6	935.047	529.880
Contas a receber de partes relacionadas	18.1	-	1.757
Adiantamentos a fornecedores		53.674	-
Despesas antecipadas		-	61.549
Tributos a recuperar	7	(391.427)	(7.632)
Outros ativos		-	(1.000)
Tributos a recolher	9	(337.720)	289.563
Contas a pagar	10	(308.050)	(1.053.839)
Contas a pagar a partes relacionadas	18.2	(406.324)	307.018
Adiantamento de clientes		(3.244)	-
		(458.044)	127.296
Caixa gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.865.093)	(1.568.766)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		12.602.909	23.542.451
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Pagamentos na aquisição de imobilizado e intangível	9	(109.370)	(71.583)
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		9.570.843	(15.725.549)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		9.461.473	(15.797.132)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos - principal	11	(5.594.353)	(5.713.292)
Pagamento de empréstimos - juros	11	(6.545.236)	(7.113.493)
Custos de transação de empréstimos	16	(179.623)	(1.132.597)
Dividendos pagos	12.3	(11.573.787)	(8.806.968)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(23.892.999)	(22.766.350)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(1.828.617)	(15.021.031)
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		1.984.685	17.005.716
No final do exercício		156.068	1.984.685
		(1.828.617)	(15.021.031)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)

Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aquisição de imobilizado e intangível a prazo	246.492	-
Passivo para descomissionamento	601.883	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

O Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, regida pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), com sede e principal estabelecimento na Fazenda Morros, s/nº, Estrada Vicinal que liga a BA- 220 a BA-144, Zona Rural, Município de Campo Formoso, Estado da Bahia, CEP: 44790-000, constituída em 19 de outubro de 2018. A Companhia é controlada pela Folha Larga 2 Holding S.A., detentora de 100% das ações, sendo a holding controlada pela única acionista EDF EN do Brasil Participações S.A.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, execução, implementação operação, manutenção e exploração comercial do projeto de geração de energia eólica. A Companhia foi uma das vencedoras do Leilão de número 03/2018, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 31 de agosto de 2018. Sua autorização como Produtor Independente de Energia foi publicada em janeiro de 2019. No âmbito do leilão foram firmados Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), com compromisso de venda de energia no montante de 9,7 MWm, ao preço inicial de R\$ 92,11/MWh. Contratos no mercado livre também estão em fase de negociação.

A Companhia entrou em operação comercial a partir de 12 de novembro de 2020, conforme despacho nº 3191/2020, de 11 de novembro de 2020, e faz parte do complexo “Folha Larga Fase II”. Mais detalhes estão evidenciados na nota 1.1.

1.1 Da autorização para operação

Projeto Folha Larga 02

A segunda fase de projetos eólicos desenvolvidos na região, denominada Fase II, está localizada no município de Campo Formoso - BA e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia nova, LEN A-6, realizado pela ANEEL agosto de 2018, no qual foram comercializados 56,1 MW médio de garantia física.

Após o êxito no leilão foram constituídas cinco novas empresas: Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A. (“VSJ03”), Parque Eólico Ventos de São Januário 05 S.A. (“VSJ05”), Parque Eólico Ventos de São Januário 06 S.A. (“VSJ06”), Parque Eólico Ventos de São Januário 10 S.A. (“VSJ10”) e Parque Eólico Ventos de São Januário 11 S.A. (“VSJ11”), que representam os parques eólicos que produzirão os 197,4 MW médios contratados. A obrigação da entrega de energia é em 2024, no entanto já existem contratos no ambiente livre de comércio a partir de 2020. O Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A. entrou em operação em 12 de novembro de 2020 e as demais empresas entraram em operação no primeiro semestre de 2021 de forma a atender integralmente as cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA), conforme descrição de geração abaixo:

Capacidade instalada nas Companhias constituídas	Capacidade	
Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S/A	33,6	MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 05 S/A	42,0	MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 06 S/A	37,8	MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 10 S/A	42,0	MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 11 S/A	42,0	MW
	147,0	MW

A apuração de energia produzida é mensal, sendo que, desvios negativos são restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

No dia 17 de janeiro de 2019, as cinco novas empresas obtiveram, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua publicação no D.O., para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas.

As Companhias controladas possuem contratos firmados no ambiente de contratação livre (ACL), a partir de 2020 até 2043, o que garante a geração de receitas no período que antecede o atendimento ao mercado regulado. Apresentamos abaixo as principais características técnicas do projeto.

- (i) Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 33,3 km, com origem na Subestação Elevadora de 34,5/230kV Folha Larga e término na Subestação Senhor do Bonfim II;
- (ii) Subestação Senhor do Bonfim II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e
- (iii) Entradas de linha na Subestação Senhor do Bonfim II em 230 kV.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de abril de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 19.

2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamento a fornecedores, adiantamento de clientes, despesas antecipadas, transações com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 19.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

apresentação da Companhia.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

Estimativa	Nota Explicativa
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(a)
Provisão para receita extra/ressarcimento	(b)
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.5
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.7

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

O cálculo de imposto de renda e a contribuição social diferido normalmente envolve estimativas para determinar o lucro tributável e as diferenças.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são mensurados pela diferença tributária temporária decorrente do ajuste do efeito caixa do contas a receber no faturamento do exercício corrente. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

O valor contábil dos tributos diferidos passivos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

(b) Provisão para receita extra/ressarcimento

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

(iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

2.6 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.7). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, e caixas e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii. Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

3.5 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques eólicos, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

contabilizado prospectivamente.

(a) **Gastos com projetos eólicos**

Os gastos com desenvolvimentos de projetos eólicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Os gastos com projetos eólicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos eólicos. Tais gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização.

(b) **Software**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.7 **Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)**

(a) **Ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A companhia não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.

A Companhia possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

(b) **Ativos não financeiros**

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(a) Provisão para receita excedente e ressarcimentos

Os contratos de venda de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN). A companhia reconhece por provisão os excedentes de geração de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas. A energia gerada excedente ao compromisso assumido no leilão é precificada pelo valor estabelecido em contrato, considerando suas faixas de tolerância e reconhecida na competência de suas medições. Diferenças negativas entre o compromisso e a geração, caracterizadas como ressarcimento, são reconhecidas por provisão pela companhia no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais.

3.10 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.11 Passivo para descomissionamento

O passivo para descomissionamento é mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização dos parques eólicos, quais sejam: o desmantelamento dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica dos parques, tendo como contrapartida o imobilizado.

As premissas utilizadas são baseadas em informações atuais sobre custos e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração.

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

3.12 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.13 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”). O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

(a) Receita de geração de energia

A receita da Companhia decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre a Companhia e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra.

(b) Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo)

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

3.14 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(a) Lucro presumido

A Companhia é classificada no lucro presumido e tem a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(a) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo em seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.15 Questões climáticas

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado.

Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- **Vida útil de propriedade, planta e equipamento:** Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de impairment de 2024, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

3.16 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

A seguir, apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2024, que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 26 / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos;
- CPC 03 / IAS 7: Demonstrações do Fluxo de Caixa; e
- CPC 40 / IFRS 7: Instrumentos Financeiros.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

(b) Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **IAS 21 - Falta de conversibilidade:** Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- i. esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
 - ii. esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
 - iii. adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
 - iv. atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).
 - v. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.
- IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como ‘contracts referencing nature-dependent electricity’. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- i. (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de ‘own use’;
- ii. (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge); e
- iii. (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- i. medidas de desempenho definidas pela administração;
- ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e
- iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bancos	156.068	1.984.685
Total	<u>156.068</u>	<u>1.984.685</u>

As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 19.

5 Títulos e valores mobiliários

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Títulos e valores mobiliários	14.293.366	22.089.025
	<u>14.293.366</u>	<u>22.089.025</u>

- (i) Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2024 sobre o DI CETIP ("CDI") de 98,25% (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander).

6 Contas a receber de clientes

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contratos de energia	1.929.282	2.007.381
Contratos de mercado de curto prazo	33.842	410.506
Contratos no ambiente de contratação livre	-	480.284
	<u>1.963.124</u>	<u>2.898.171</u>

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente em 12 parcelas, 24 parcelas ou são compensados através do mecanismo de cessão de energia, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na

Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de provisão para perda de crédito esperada.

7 Tributos a recuperar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRPJ	115.238	5.975
CSLL	72.530	-
PIS	23.284	-
COFINS	107.466	-
ISS	-	2.570
IRRF	51.910	20.707
Outros	50.355	104
	<u>420.783</u>	<u>29.356</u>

8 Imobilizado

2024

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	Reversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	114.882.457	355.862	-	-	(5.275.985)	109.962.334
Passivo para descomissionamento		-	601.883	-	-	-	601.883
Móveis e utensílios		-	-	-	-	-	-
Adiantamento para aquisição de ativos		-	-	-	-	-	-
Total		114.882.457	957.745	-	-	(5.275.985)	110.564.217
Custo		131.136.663					132.094.408
Depreciação acumulada		(16.254.206)					(21.530.191)
Imobilizado líquido		114.882.457					110.564.217

2023

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Transferência	Reversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	120.412.864	83.020	-	(339.269)	(5.274.158)	114.882.457
Instalações em construção		-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios		-	-	-	-	-	-
Adiantamento para aquisição de ativos		-	-	-	-	-	-
Total		120.412.864	83.020	-	(339.269)	(5.274.158)	114.882.457
Custo		131.392.912					131.136.663
Depreciação acumulada		(10.980.048)					(16.254.206)
Imobilizado líquido		120.412.864					114.882.457

Atualmente, os ativos da Empresa que estão classificados como aerogeradores eólicos são dados em garantia de empréstimos (vide nota 11). A Empresa efetuou uma avaliação de indicativos de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



9 Tributos a recolher

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
PIS sobre faturamento	26.558	68.645
COFINS sobre faturamento	122.573	316.824
Tributos retidos na fonte	24.494	125.876
	<u>173.625</u>	<u>511.345</u>

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

10 Contas a pagar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Serviços prestados	26.550	8.699
Aquisição de imobilizado	246.492	-
Serviços de manutenção	179.721	313.497
Mercado de curto prazo a pagar	13.333	49.913
Compra de Energia	33.903	-
TUST/TUSD	-	189.447
	<u>499.999</u>	<u>561.556</u>

11 Empréstimos e financiamentos

Em 29 de março de 2019, a Companhia firmou o contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil, no montante de R\$ 110.226.948. A liberação total dos créditos foi finalizada em 2022 no montante de R\$ 104.401.323. O objetivo desta captação foi implantação (construção) do parque eólico.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,45%. Os juros possuem exigibilidade trimestral ao longo do período de carência, compreendido entre a data de assinatura do contrato e 15 de janeiro de 2022, passando a obrigação para mensal após o término do período de carência, até o fim do contrato. O Contrato de Financiamento prevê a aplicação de Bônus de Adimplência, incidente sobre os juros básicos fixo, nos casos em que a parcela do serviço da dívida for integralmente paga até a data do respectivo vencimento.

Abaixo, apresentamos as principais características:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	2024	2023
Principal BNB PROINFRA	R\$	IPCA+2,57%	2024 a 2039	89.100.224	94.694.576
Juros				259.632	230.873
				89.359.856	94.925.449
Passivo circulante				6.095.999	5.825.225
Passivo não circulante				83.263.857	89.100.224

Abaixo, apresentamos a movimentação dos empréstimos, conforme segue:

Saldo inicial em 01/01/2023	100.791.813	Saldo inicial em 01/01/2024	94.925.449
(+) Juros apropriados	6.960.421	(+) Juros apropriados	6.573.996
(-) Amortização juros	(7.113.493)	(-) Amortização juros	(6.545.236)
(-) Amortização principal	(5.713.292)	(-) Amortização principal	(5.594.353)
Saldo final em 31/12/2023	94.925.449	Saldo final em 31/12/2024	89.359.856

Os fluxos de pagamentos futuros não descontados da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

Empréstimos e financiamentos	
2026	13.362.961
2027	13.366.092
2028	13.012.091
2029	12.834.306
2030-2039	76.071.152
	128.646.602

Garantias

O empréstimo conta com penhor de ações e equipamentos, cessão fiduciária dos direitos creditórios, cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização e cessão fiduciária dos direitos emergentes relacionados ao Contrato de O&M.

12 Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 31.539.000 e está representado por 31.539.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	<u>Participação%</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Acionistas			
Folha Larga 2 Holding S/A	100%	31.539.000	31.539.000
		31.539.000	31.539.000

12.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, o valor constituído no exercício é de R\$ 156.032 (R\$ 609.147 em 2023), totalizando R\$ 1.664.180.

12.3 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos propostos.

Em 2024, a Companhia pagou os dividendos obrigatórios, constituídos em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 11.573.787.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios do exercício é de R\$ 741.154 (R\$ 2.893.447 em 2023).

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	3.120.649	12.182.934
Base de cálculo dos dividendos	3.120.649	12.182.934
(-) Constituição da reserva legal	(156.032)	(609.147)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	2.964.617	11.573.787
Dividendos mínimos obrigatórios	741.154	2.893.447
Dividendos adicionais propostos	2.223.463	8.680.340

A movimentação dos dividendos a pagar se encontra a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo Inicial	2.893.447	2.201.742
Dividendos mínimos obrigatórios	741.154	2.893.447
Dividendos adicionais propostos	8.680.340	6.605.226
Dividendos pagos	(11.573.787)	(8.806.968)
	741.154	2.893.447

12.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu R\$ 2.223.463 (R\$ 8.680.340 em 2023).

13 Receitas das vendas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta de vendas de energia	25.436.839	32.592.601
Receita bruta	25.436.839	32.592.601
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(153.379)	(211.852)
COFINS	(707.901)	(977.778)
Total das deduções da receita bruta	(861.280)	(1.189.630)
Receita líquida de vendas	24.575.559	31.402.971

Em 2024, a Companhia registrou redução em sua receita líquida devido a um maior volume de negociação da energia descontratada no mercado spot e mercado de curto prazo.

14 Custos das vendas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custos operacionais		
Seguros	(330.818)	(340.678)
Custos com aluguéis	(336.443)	-
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(1.504.508)	(500.248)
Aquisição de energia elétrica	(1.403.899)	(73.289)
Outros custos	-	(71.812)
Outros custos e serviços	(56.917)	-
	(3.632.585)	(986.027)
Impostos e taxas		
TUSD	(2.829.790)	(2.917.893)
Taxa de regulamentação	(105.072)	(146.561)
Impostos e taxas diversas	-	(22.480)
	(2.934.862)	(3.086.934)
Serviços prestados		
Serviços de consultoria	(11.145)	(87.834)
Manutenção das instalações	(2.175.132)	(1.515.375)
Serviços de telecomunicações	(68.090)	-
Outros serviços	-	(34.701)
	(2.254.367)	(1.637.910)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)

Depreciação e amortização

Custo com depreciação	(5.275.985)	(5.274.158)
	(5.275.985)	(5.274.158)

Rateio de custos

Salários	(644.021)	(352.682)
Aluguéis	-	(440.488)
Previdência social	-	(82.739)
Serviços prestados pelo exterior	(41.135)	(45.135)
Gestão de ativos	-	(60.672)
Outros custos	-	(47.754)
	(685.156)	(1.029.470)

Total dos custos de vendas

	(14.782.955)	(12.014.499)
--	---------------------	---------------------

15 Despesas gerais e administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas administrativas		
Despesas legais	(24.035)	(1.537)
Outras despesas administrativas	(21.091)	(39.467)
	(45.126)	(41.004)
Impostos e taxas		
Multas	(78.139)	-
Imposto e taxas diversas	(52.552)	(4.325)
	(130.691)	(4.325)
Despesas com serviços prestados		
Honorários de contadores	(33.593)	(33.571)
Serviços de consultoria	(56.326)	-
Honorários de auditores	(25.320)	(27.231)
Honorários de advogados	-	(14.587)
Serviços de vigilância	(38.798)	(49.668)
Serviços de limpeza	-	(4.088)
Serviços de informática	(298)	(5.296)
Outros serviços (Despesas)	(4.442)	(5.852)
	(158.777)	(140.293)
Rateio de despesas		
Outros rateios	(31.718)	-
Impostos e taxas diversas	(22.381)	-
	(54.099)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
 dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



Total das despesas administrativas

(388.693)

(185.622)

16 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de títulos e valores mobiliários	1.775.184	2.428.875
Descontos obtidos	-	278.828
Outras receitas financeiras	-	101
	1.775.184	2.707.804
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e debentures	(6.573.996)	(6.823.477)
Juros sobre outras operações	(47.242)	-
Despesas bancárias	(86.075)	(1.338.058)
Garantias	(111.937)	(256.023)
Descontos concedidos	(320)	-
Despesas com IOF	(22.391)	(6.939)
Custos com empréstimos e debêntures	(179.623)	-
Outras despesas financeiras	-	(1.065)
	(7.021.584)	(8.425.562)
Resultado financeiro	(5.246.400)	(5.717.758)

17 Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Receita bruta de vendas	25.436.839	32.592.601
Variação do contas a receber	(935.046)	871.560
Efeito caixa das operações liquidadas	426.807	(1.213.972)
	24.928.600	32.250.189
Base presumida para o IRPJ (8%)	1.994.288	2.580.015
Base presumida para a CSLL (12%)	2.991.432	3.870.023
Receita financeira	1.775.184	2.707.704
Variação cambial ativa realizada	-	99
Outras receitas	635.062	167.694
Diferenças temporárias de períodos anteriores - IRPJ	74.804	(251.534)
Diferenças temporárias de períodos anteriores - CSLL	112.206	(237.838)
Base de cálculo - IRPJ	4.479.338	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Base de cálculo - CSLL	5.513.884	-
Base de cálculo	9.993.222	8.836.163
Total do imposto de renda corrente	1.095.834	1.276.995
Total da contribuição social corrente	496.250	585.691
Encargo fiscal	1.592.084	1.862.686
Despesa com IR e CS correntes	(1.592.084)	(1.866.441)
Despesa com IR e CS diferidos	41.107	3.755
	(1.550.977)	(1.862.686)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	6,4%	21,1%
	2024	2023
Imposto por natureza		
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	772.600	888.772
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	603.563	920.619
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	215.921	57.050
	1.592.084	1.866.441

18 Transações com parte relacionadas

18.1 Contas a receber

	2024	2023
Parque Eólico Ventos de São Januário 05 S.A. (i)	18.521	18.521
Parque Eólico Ventos de São Januário 06 S.A. (i)	16.659	16.659
Parque Eólico Ventos de São Januário 10 S.A. (i)	18.522	18.522
Parque Eólico Ventos de São Januário 11 S.A. (i)	18.522	18.522
	72.224	72.224

(i) Refere-se a saldo a receber oriundo de repasse de custos necessários para a construção do parque do projeto Folhas Largas II, através de percentual fixo de acordo com contrato do Consórcio Folha Larga 2, na qual a Ventos de São Januário 03 S.A. (empresa do projeto Folha Larga II) é a empresa líder.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

18.2 Contas a pagar

	2024	2023
EDF EN do Brasil Participações Ltda. (i)	102.503	572.114
Parque Eólico Ventos de São Januário 01 S/A (ii)	196.281	132.994
	298.784	705.108

(i) Refere-se ao repasse dos custos necessários para o desenvolvimento, construção e manutenção e operação dos parques eólicos. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos, serviços indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento.

(ii) Refere-se a saldo a pagar oriundo de repasse de custos necessários para a construção dos parques dos projetos Folhas Largas I, II, Casa dos Ventos, através de percentual fixo de acordo com contrato do Consórcio Folha Larga Interconexões, na qual a Ventos de São Januário 01 S.A. (empresa do projeto Folha Larga I) é a empresa líder

18.3 Dividendos a pagar

	2024	2023
Folha Larga 2 Holding S/A	741.154	2.893.447
	741.154	2.893.447

A movimentação dos dividendos a pagar, bem como a abertura do cálculo de distribuição de dividendos, encontram-se na nota 12.3.

18.4 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2024 e 2023 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora da Companhia, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nesses períodos.

19 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, conforme categorias abaixo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos		
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	156.068	1.984.685
Contas a receber	1.963.124	2.898.171
Adiantamentos a fornecedores (ii)	-	53.674
Contas a receber de partes relacionadas	72.224	72.224
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Títulos e valores mobiliários	14.293.366	22.089.025
Passivos		
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>		
Contas a pagar	499.999	561.556
Contas a pagar a partes relacionadas	298.784	705.108
Adiantamentos de clientes	-	3.244
Empréstimos e financiamentos	89.359.856	94.925.449
Dividendos a pagar	741.154	2.893.447
Passivo para descomissionamento	601.883	-

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de hedge - Os valores contábeis de títulos e valores mobiliários informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5). Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato é celebrado e são subsequentemente remensurados ao valor justo.
- Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas, dividendos a receber e a pagar - Decorrem diretamente das operações da Empresa sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Empresa, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

19.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

	2024	2023
Ativos		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	156.068	1.984.685
Contas a receber	1.963.124	2.898.171
Adiantamentos a fornecedores (ii)	-	53.674
Contas a receber de partes relacionadas	72.224	72.224
Valor justo por meio do resultado:		
Títulos e valores mobiliários	14.293.366	22.089.025

A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa), com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

19.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Companhia entende que não há risco significativo atrelado as taxas de juros e a exposição máxima está evidenciada na tabela demonstrada abaixo.

19.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2024		2023	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	499.999	-	561.556	-
Contas a pagar a partes relacionadas	298.784	-	705.108	-
Empréstimos e financiamentos	12.008.471	128.646.602	11.402.782	140.156.577
Adiantamentos de clientes	-	-	3.244	-
Dividendos a pagar	741.154	-	2.893.447	-
Passivo para descomissionamento	-	601.883	-	-
	13.548.408	129.248.485	15.566.137	140.156.577

19.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

19.5 Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Empresa preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2024, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2025 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 31 de dezembro de 2024, cuja valor definido foi de 3,90% a.a. sendo estas definidas como cenário provável; a partir desse cenário, foram calculadas variações de 25% (cenário possível) e 50% (cenário remoto). Segue abaixo o resultado:

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Operação	Saldo de Financiamento		Juros Projetados para 2025		
	2024	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					
BNB PROINFRA	89.359.856	IPCA	9.812.142	11.195.579	12.564.408

20 Compromissos assumidos

20.1 Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme contratos celebrados, demonstrados abaixo:

		<u>2025</u>	<u>2026-2037</u>
ACR	Volume [MWh]	84.972	1.081.211
	Preço [R\$/MWh]	129	129
	Subtotal [R\$]	10.990.474	139.556.809
ACL	Volume [MWh]	80.215	346.874
	Preço [R\$/MWh]	182	190
	Subtotal [R\$]	14.562.969	65.920.276
	Total [R\$]	<u>25.553.443</u>	<u>205.477.086</u>

21 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a seguradora definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 94.179.245 tendo como vigência o período de 31 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2025.

Coberturas	<u>Importâncias seguradas</u>
Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil Cruzada, poluição súbita e acidental	R\$ 94.179.245

Certificate Of Completion

Envelope Id: 5F6A572B-6E12-438C-B725-89D186951855

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: DF's São Januário 3_2024.docx

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 39

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Felipe Azevedo

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

felipe.azevedo@pwc.com

IP Address: 134.238.160.20

Record Tracking

Status: Original

25 April 2025 | 11:52

Holder: Felipe Azevedo

felipe.azevedo@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

25 April 2025 | 15:12

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Patrício Marques Roche

patricio.roche@pwc.com

Sócio

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SyngularID Multipla

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

Signature

DocuSigned by:

AA780542972D492...

Timestamp

Sent: 25 April 2025 | 11:56

Viewed: 25 April 2025 | 13:34

Signed: 25 April 2025 | 15:11

Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 187.43.147.241

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Felipe Azevedo

felipe.azevedo@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

COPIED

Sent: 25 April 2025 | 15:12

Viewed: 25 April 2025 | 15:12

Signed: 25 April 2025 | 15:12

Witness Events

Signature

Timestamp

Notary Events

Signature

Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	25 April 2025 11:56
Certified Delivered	Security Checked	25 April 2025 13:34
Signing Complete	Security Checked	25 April 2025 15:11
Completed	Security Checked	25 April 2025 15:11

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------